The background of the page is a complex financial data visualization. It features a grid of numbers in a light yellow/gold color on a dark background. Overlaid on this grid are several technical analysis charts: a candlestick chart with vertical bars representing price movements, and a line chart with a white dotted trend line showing an upward trajectory. The overall aesthetic is that of a professional financial or trading interface.

BCTL missão e mandatos principais, organização, governança e actividades

Capítulo 03

3.1.	Principais mandatos e funções	77
3.2.	Organização e governação do BCTL	78
3.3.	As actividades do BCTL em 2017	80





A missão principal do Banco Central de Timor-Leste (BCTL) consiste em continuar a assegurar e melhorar a qualidade dos serviços que presta à Comunidade, mantendo, em simultâneo, um sistema monetário estável, assim como, em promover um sistema financeiro robusto e funcional.

Esta missão é prosseguida mediante a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável, de um sistema de pagamentos seguro e eficaz, do funcionamento credível do conjunto das instituições financeiras — mediante a implementação de normas legais e regulamentadas apropriadas e da supervisão bancária — a educação financeira da população e a realização de estudos sobre a economia nacional, suportados por estatísticas úteis e de qualidade.

Tendo em conta a missão do BCTL, este capítulo faz uma análise global dos mandatos e funções da instituição, da sua estrutura governativa e actividades mais importantes, levadas a cabo durante o exercício de 2017, bem como o seu plano de acção para 2018. Este breve sumário de actividades anuais detalha ainda as principais iniciativas desenvolvidas ao longo do ano por cada uma das várias áreas funcionais do BCTL.



Principais mandatos e funções

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é uma pessoa colectiva de direito pública, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. O BCTL, os seus órgãos, funcionários e agentes, gozam de independência e não podem receber instruções de entidades que lhes sejam externas, assegurando a sua Lei Orgânica a necessária independência do Banco Central face ao Governo.

Como é usual na maioria dos bancos centrais a nível internacional, o principal objectivo do BCTL é, no domínio da política económica, assegurar a estabilidade dos preços domésticos. Outros objectivos igualmente importantes são a promoção de um sistema financeiro baseado nos princípios de

uma economia de mercado e, por isso, em que haja concorrência e esta funcione a favor dos cidadãos e da economia em geral. Tendo como linha directora estes objectivos e princípios, o Banco Central deve ainda apoiar a política global do Governo na área económica.

A fim de alcançar os seus objectivos, são funções do BCTL, nos termos da lei:

- a) Definir e implementar a política monetária do país;
- b) Definir e adoptar o regime cambial bem como a política cambial associada;
- c) Realizar operações em moedas estrangeira;
- d) Deter e gerir as reservas oficiais externas do país;
- e) Deter e gerir as reservas em ouro do Estado;
- f) Emitir e gerir a moeda oficial de Timor-Leste — neste momento o país usa a moeda dos EUA;
- g) Reunir e publicar informação estatística sobre as áreas da sua competência (nomeadamente as estatísticas monetárias e as da balança de pagamentos);
- h) Informar o Parlamento Nacional, o Governo e o público em geral sobre as políticas que implementa;
- i) Estabelecer, promover e supervisionar sistemas de pagamentos seguros e eficientes;
- j) Regular, licenciar, registar e supervisionar as instituições financeiras que operem no país;
- k) Aconselhar o Governo sobre matérias da sua competência;
- l) Agir como agente fiscal do Governo;
- m) Participar em organizações e reuniões internacionais que se debrucem sobre os pontos acima;
- n) Ser parte de contractos e estabelecer acordos e protocolos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e
- o) Realizar quaisquer outras actividades que lhe sejam atribuídas por lei.

Actualmente, algumas destas funções não são ainda desempenhadas pelo Banco Central de Timor-Leste, devido à adopção do dólar norte americano (USD) como moeda oficial do país.



A autoridade máxima do BCTL é o seu Conselho de Administração, o qual formula as estratégias e políticas para a instituição e supervisiona a sua implementação, incluindo a supervisão da administração e das actividades operacionais do Banco.

3.2

Organização e governação do BCTL

O Governador é o órgão executivo do BCTL e o responsável pela gestão corrente, sendo assistido por dois Vice-Governadores e por um Comité de Gestão composto pelos Directores e responsáveis dos vários departamentos do Banco. No final de 2017, ano a que se refere o presente relatório, o Conselho de Administração era composto pelo Governador, dois Vice-Governadores e três membros não-executivos. Em 2017, um Vice-Governador deixou o seu cargo para assumir a nova tarefa como o Vice-Ministro das Finanças, Sra. Sara Lobo Brites, e como o seu sucessor foi nomeado o Sr. Venancio Alves Maria em Novembro 2017. Por outro lado, um dos membros não-executivos, ao mesmo tempo, deixou este cargo para assumir o novo responsabilidade como o Ministro dos negócios

estrangeiro, o Dr. Aurélio Guterres. A composição do Conselho de Administração e do Comité de Gestão é apresentada no final do capítulo.

O BCTL está organizado em quatro departamentos principais: Supervisão do Sistema Financeiro; Sistema Bancário e Sistemas de Pagamento; Gestão do Fundo Petrolífero; e Departamento de Administração. Algumas Divisões e Gabinetes reportam directamente ao Governador, designadamente: a Unidade Jurídica, a Auditoria Interna, a Divisão de Economia e Estatística e a Unidade de Informação Financeira. A Divisão de Contabilidade e Orçamento encontra-se na dependência do Vice-Governador responsável pela área da supervisão do sistema financeiro.

O Banco Central está também encarregue do secretariado do Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero.

O Conselho de Administração do BCTL continua a adoptar o lema abreviado pela sigla TIMOR, representando a Transparência, a Integridade, a Mobilização, a Obrigação e a Responsabilidade, palavras de ordem essenciais no dia-a-dia da instituição e dos seus funcionários.

Transparência **I**ntegridade **M**obilização **O**brigação **R**esponsabilidade

Somos um exemplo para a sociedade e para as instituições, os nossos procedimentos e regulamentações são aplicados interna e externamente de forma universal, consistente e rigorosa.

Exercemos a nossa actividade com honestidade e altos padrões ético-morais, respeitando a confidencialidade e legalidade em todas as decisões que envolvem os nossos interesses e recursos.

Movemo-nos para prestar o melhor serviço à comunidade de Timor-Leste, através da nossa determinação e empenho para ouvir, aprender e assessorar.

Demonstramos um sentimento de pertença e envolvimento, estabelecendo como prioridade os objectivos da instituição e exibindo disponibilidade para desempenhar tarefas para lá do que nos é pedido.

Investimos no desenvolvimento das nossas capacidades técnico-profissionais, cumprimos com as responsabilidades que nos são atribuídas e que proactivamente procuramos, através da permanente monitorização das consequências das nossas decisões e acções.

Encontra-se igualmente em vigor, no BCTL um código de ética aplicável a todos os seus funcionários, do topo à base, incluindo também entidades externas que se relacionam com o Banco. O código de ética inclui normas estritas sobre vários aspectos do comportamento daqueles a quem se aplica. Refira-se, por exemplo, a obrigatoriedade de cada funcionário do Banco desempenhar as suas funções tendo exclusivamente em consideração os interesses do público em geral e do BCTL e não os seus interesses individuais, o que inclui não receber instruções, quaisquer que elas sejam, de outras entidades que não as das estruturas legais do Banco Central.

Os funcionários do Banco estão também, naturalmente, proibidos de receber quaisquer valores pecuniários ou outros elementos remuneratórios, de quaisquer pessoas que possam ter interesse em influenciar as suas decisões.



No âmbito da missão do BCTL, consubstanciada na promoção da estabilidade monetária e financeira, no desenvolvimento do sistema financeiro e na promoção de um sistema de pagamentos seguro e eficaz, várias atividades foram planeadas e implementadas em 2017.

3.3

As atividades do BCTL em 2017

Na continuação da implementação do Plano Director para o Sector Financeiro em Timor-Leste, o BCTL, em 2017, continuou a organizar o programa de treino em literacia financeira para as escolas primárias. Este programa de formação contou com a participação de 56 professores de 39 escolas primárias de 12 municípios, e a Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA).

Antes da cerimónia do Dia Nacional de Poupança, o BCTL organizou várias actividades educacionais a 27 de novembro, em coordenação com a Autoridade da RAEOA, em particular com a Direcção de Educação. O tema destas actividades e da celebração do dia Nacional de Poupança foi “poupa agora para um futuro melhor”. A cerimónia de celebração do terceiro

aniversário do dia nacional de poupança na RAEOA, a 29 de novembro de 2017, contou com a participação do Ministro da Educação e Cultura, o Presidente em exercício da autoridade da RAEOA, os alunos e professores de Escolas Primárias e representantes dos bancos comerciais.

No final de 2017, foram abertas 10,9 mil contas “Ha’u-nia Futuru” com um valor nominal de poupanças de 2,5 milhões de USD, o que representa um crescimento de 63% em termos do número de contas, e de 176% em relação ao seu valor.

Dentro das iniciativas de promoção da poupança nacional, foi lançado oficialmente um “Road Show” nacional para o Programa de Educação Financeira, no Dia Nacional de Poupança. Depois desta inauguração, o BCTL desenvolveu e liderou o programa em todo o território, com o objetivo de incentivar as pessoas a melhorar seus hábitos de despesas e a aumentar a sua poupança.

Tendo em consideração as questões identificadas nas avaliações nacionais de risco realizadas em 2016, especialmente os riscos e vulnerabilidades relacionadas com o branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo no setor financeiro, o BCTL, em colaboração com o Grupo do Banco Mundial, realizou um “workshop” para introduzir a abordagem da base de dados de riscos para prevenir o branqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo aos Bancos, ODTI e MTOs.

O BCTL realizou igualmente a monitorização e avaliação do programa de formação no registo e contabilidade das empresas, incluindo Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), com o objetivo de observar e avaliar o desempenho de participantes, para que BCTL e Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste (CCI-TL) possam medir a eficácia do programa e relevância para os participantes.

Em 2017, o BCTL assinou um acordo de cooperação com RAEOA/ ZEEMS sobre a execução do programa de literacia financeira em ensino básico na região. Para começar a ensinar o programa de literacia financeira nos ensinos básicos da RAEOA, o BCTL assinou o memorando de entendimento com a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno em 17 de fevereiro de 2017 em Oecusse.

O BCTL assinou ainda um acordo de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a partilha de custos, por 3 meses, relativos à implementação do plano de acção da estratégia nacional de inclusão financeira.

Durante o ano, a unidade de suporte do R-TiMOR no BCTL apoiou bancos e o Estado em várias iniciativas para fortalecer a integração eletrónica (do tipo STP, ou Straight Through Processing) entre o R-TiMOR e seus sistemas internos. Em Março de 2017, o BCTL contratou a SIBS International de Portugal para o fornecimento e implementação de um Cartão Nacional e um Interruptor de Pagamentos. O interruptor, designado de “P24” (o “P” associado às palavras Pagamentu, Pagamento e Pembayaran) oferecerá uma gama de serviços.

Finalmente, no sentido de aprofundar a relação com suas instituições homólogas, o BCTL organizou em 2017 o XVII Encontro de Recurso Humanos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa.

As principais actividades do BCTL, realizadas durante 2017, encontram-se descritas com maior detalhe na secção que se segue.

3.3.1. Sistema Nacional de Pagamentos

3.3.1.1. Sistema de Compensação e Liquidação Interbancária

Durante o período a que refere este relatório — o ano de 2017 — o Banco Central continuou a actuar de uma forma consistente, de modo a manter sempre uma reserva de caixa suficiente para atender às necessidades de pagamentos pecuniários, quer do Governo, quer dos bancos comerciais. Foi neste contexto que o BCTL assegurou, nomeadamente, o pleno funcionamento das transacções financeiras através do módulo da “Câmara de Compensação” Automática e o de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS). O quadro 3.1 sintetiza os movimentos registados no Sistema de Compensação e Liquidação Interbancária (CEL) de Dili. O sistema CEL funcionou de forma estável em 2017, tendo sido processados 22,1 mil transacções, correspondentes ao valor de 134,4 milhões de USD. Contudo estes movimentos representaram uma redução de 1,9% em termos de quantidade de 1,8%, em relação a 2016.

Quadro 3.1. Transacções na CEL de Dili

(Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

Mês	Cheques 2016		Cheques 2017		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	1.659	12.118	1.684	12.365	1.5	2.0
Fevereiro	1.859	11.178	1.732	10.455	-6.8	-6.5
Março	1.877	12.233	1.959	12.358	4.4	1.0
Abril	1.842	11.393	1.698	10.536	-7.8	-7.5
Mai	1.763	9.733	1.986	11.790	12.6	21.1
Junho	2.132	11.897	1.896	10.844	-11.1	-8.9
Julho	1.743	10.005	1.871	12.685	7.3	26.8
Agosto	1.943	11.297	1.816	10.794	-6.5	-4.5
Setembro	1.944	12.403	1.856	10.559	-4.5	-14.9
Outubro	1.914	11.609	1.894	12.065	-1.0	3.9
Novembro	1.772	10.504	1.620	8.741	-8.6	-16.8
Dezembro	2.053	12.485	2.070	11.217	0.8	-10.2
Total	22.501	136.856	22.082	134.408	-1.9	-1.8

Fonte: BCTL

3.3.1.2. O Sistema SWIFT e RTGS (R-Timor)

Os serviços de pagamentos prestados pelo BCTL subdividem-se em duas categorias: domésticas e internacionais. Os pagamentos domésticos são, por sua vez, de dois tipos: os de Valores Elevados e os de Retalho. Os pagamentos internacionais são efectuados do país para o exterior e vice-versa, sempre efectuados através do sistema SWIFT. Os pagamentos domésticos, principalmente no que diz respeito aos pagamentos do retalho, são directamente executados pela câmara de compensação automática, 2 vezes por dia, processando pagamentos relativos a salários, subsídios a veteranos de guerra, pagamentos a fornecedores, que, entre outros, são processados e transferidos para os bancos comerciais. Os pagamentos de montantes elevados, acima de 200 mil USD, são sempre efectuados através do RTGS.

Quadro 3.2. Pagamentos Nacionais e Internacionais

(Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

	2016		2017		Valuation (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Pagamentos Nacionais						
Câmara de Compensação Automática			19.04	43.78		
Saída de RTGS - FICT	7.61	973.72	0.45	553.45	-94.1	-43.2
Entrada de RTGS - SCCT	44.68	254.46	3.51	136.01	-92.1	-46.5
Sub Total	52.29	1228.18	23.00	733.24	-186.23	-89.71
Pagamentos Internacionais						
Transferência para o exterior - SWIFT	4.58	1520.72	3.39	1098.24	-26.0	-27.8
Transferência proveniente do exterior - não SWIFT	0.31	23.76	0.58	320.53	87.1	1249.0
Sub Total	4.89	1544.48	3.97	1418.77	-18.8	-8.1
Total	57.18	2772.66	26.97	2152.01	-205.0	-97.9

Fonte: BCTL

O quadro 3.2 evidencia as estatísticas dos pagamentos, tanto nacionais como internacionais, durante o período em apreço. No que respeita aos pagamentos nacionais, foram processados 23 mil documentos, correspondentes a um total de 733,24 milhões de USD, representando uma desaceleração de 186,2% em termos de número e 89,7% em relação ao valor face a 2016. A desaceleração registada para os pagamentos nacionais foi determinada pela redução da quantidade de pagamentos efectuada via RTGS (o sistema R-TIMOR), tanto de saída, bem como o da entrada, em média regista uma descida de 93% em termos da quantidade, e 45% de valor, respectivamente. Por seu lado, no âmbito da actividade de pagamentos internacionais, foram processados 4 mil documentos, correspondentes ao valor de 1.419 milhões de USD, representando uma descida

de 19%, em termos de quantidade e de 8% em relação ao valor, face a 2016. Esta diminuição da actividade deveu-se, fundamentalmente, à redução do número de transferências efectuadas para o exterior.

Adicionalmente, os movimentos englobados em transacções internacionais, correspondentes a transacções de transferência e recebimento realizadas pelos bancos comerciais em 2017 são apresentadas no quadro 3.3.

As operações de transferência externa recebidas e realizadas em 2017, via SWIFT, ascenderam a um total de 28,18 mil, correspondentes ao valor de 317,3 milhões de USD, representando uma redução de 0,1% em termos de quantidade e 9,5% em relação ao valor. Entretanto, as transferências para o exterior totalizaram 72,4 mil transacções, correspondentes ao valor de 1,483 milhões de USD, representando um incremento de 6,3% em termos de quantidade e uma descida de 4,2% o que diz respeito ao seu valor transferido.

Quadro 3.3. Entradas e Saídas de Transferências (SWIFT)

(Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

	2016		2017		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Transferências proveniente do exterior						
SWIFT	28.2	350.7	28.2	317.3	-0.1	-9.5
Non-SWIFT	6.2	147.7	6.5	141.1	4.5	-4.4
Sub Total	34.4	498.4	34.7	458.5	0.7	-8.0
Transferências para o exterior						
SWIFT	22.0	1103.4	23.6	1069.8	7.3	-3.1
Non-SWIFT	46.1	443.8	48.8	413.3	5.8	-6.9
Sub Total	68.2	1547.2	72.4	1483.0	6.3	-4.2
Total	102.6	2045.6	107.1	1941.5	4.4	-5.1

Fonte: BCTL

3.3.1.3. Banca Electrónica

O quadro 3.4 mostra a evolução das transacções em dinheiro e outros meios, que não espécie, realizadas pelos bancos comerciais em Timor-Leste. Como se pode constatar, o número de transacções em moeda no país totalizou, em 2017, cerca de 15,6 mil, ou 98% do total das transacções, com um valor de 2,9 milhões de USD. O nível de actividade registou um decréscimo de 2,9% em termos de quantidade e uma redução de 42,4% do valor face a 2016. Note-se que, as transacções em meios que “não em moeda” representam apenas 2% do número total de transacções no país, apenas 287 mil, mas correspondem a um valor de transacção de 2,4 milhões de USD, cerca de 45,3% do total. Estes totais representam um decréscimo de 3,3% e 30% em termos de quantidade e do valor, respectivamente, face 2016.

Quadro 3.4. Transacções em Moeda e não em Moeda

(Valores em milhões de USD, Quantidade em 10³)

	2016		2017		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Transacções em Moeda	16070	5065	15604	2915	-2.9	-42.4
Transacções não em Moeda	366	2562	287	2410	-21.8	-5.9
Total	16436	7626	15891	5325	-3.3	-30.2

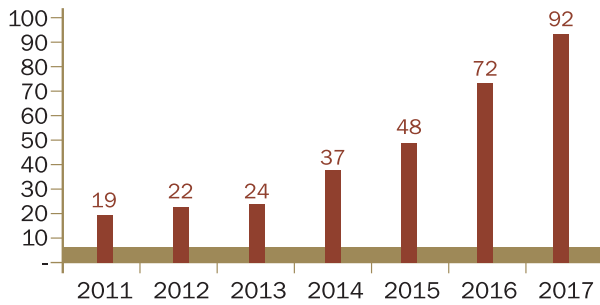
Fonte: BCTL

O BCTL pretende que a liquidação de operações na economia se torne progressivamente mais eficiente e eficaz através da utilização de meios de pagamentos electrónicos e os serviços financeiros digitais. Consequentemente, o BCTL continua focado em alargar substancialmente a rede de serviços de pagamento automático, que não utilizam uma base monetária, que utilizem o “switch” nacional para a expansão dos serviços de pagamento, estimulando a utilização generalizada de cartões de débito e crédito e do telemóvel como plataforma de pagamento.

O gráfico 3.1 e 3.2 mostram o total de terminais de pagamento instalados no país, entre eles, as caixas automáticos (ATM) que totalizavam 92 unidades em 2017 e 152 unidades de Terminais de Pagamento Automático (POS). Comparado com Dezembro de 2016, estes valores representam um crescimento de 28% para os ATM, enquanto que o número de POS registou uma redução de 10 terminais, provavelmente explicado pelos danos nas máquinas utilizadas.

Gráfico 3.1

Caixas de Pagamento Automático

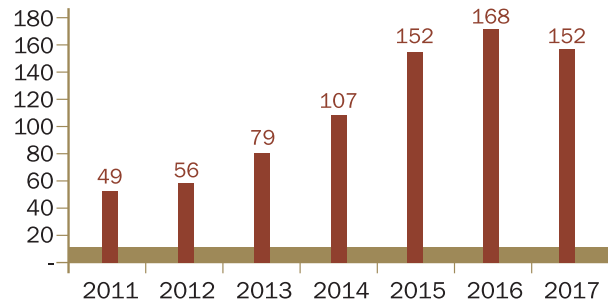


Número de ATM

Fonte: BCTL

Gráfico 3.2

Terminais de Pagamento Automático



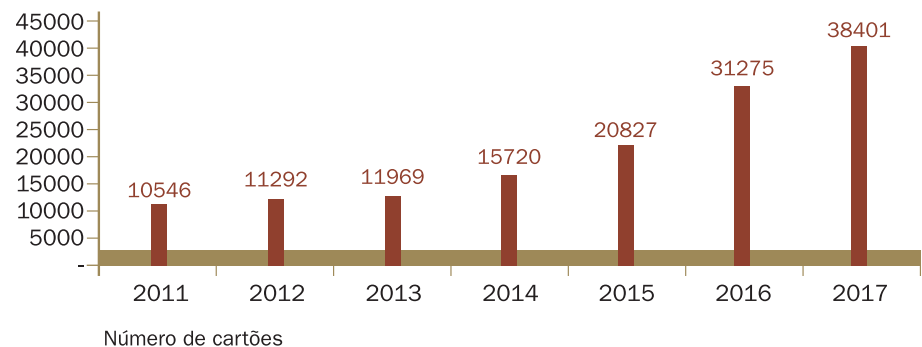
Número de POS

Fonte: BCTL

A evolução de cartões bancários emitidos em Timor-Leste pode ser observada no gráfico 3.3. A quantidade de cartões em circulação no país totalizava, em Dezembro de 2017, cerca de 38,4 mil, o que corresponde a um aumento de 23% face a Dezembro 2016. Quanto à composição do total dos cartões em circulação no país, cerca de 61% eram de débito (23,4 mil), e 39% de crédito (15 mil). De facto, em 2017, os cartões de débito registaram uma desaceleração em termos de crescimento, crescendo apenas 11%, em comparação com o aumento de 83% observado em 2016. Por outro lado, o número de os cartões de crédito cresceu 48%, face ao crescimento de 10% registado em 2016.

Gráfico 3.3

Contas Bancárias



Fonte: BCTL



Caixa 1. Estratégia Nacional de Inclusão Financeira

Em 2016, o BCTL realizou uma iniciativa histórica e publicou, em Setembro de 2016, o relatório de Inclusão Financeira, baseado em dados dos principais prestadores de serviços financeiros do país, incluindo bancos comerciais, seguradoras, microfinanças, cooperativas de crédito, operadores de transferência de dinheiro, e agências de câmbio. O relatório elencou e descreveu o atual nível da inclusão no País, e destacou a necessidade imperiosa da melhoria do nível de compreensão e de inclusão financeira no País, assim como os seus desafios. Após a publicação do relatório de inclusão financeira, o BCTL continuou a ter como principal prioridade a implementação da estratégia para a inclusão financeira. Em 2017 o BCTL definiu especificamente a estratégia de inclusão financeira nacional, estabelecendo planos de ação para os próximos cinco anos, de 2017 a 2022.

O relatório descreve a respectiva “visão” em termos de inclusão financeira, em conjunto com a identificação dos principais obstáculos. O BCTL decidiu ainda adoptar quatro estratégias principais, ou pilares, que irão poiar a respectiva “visão” para a inclusão financeira. A execução dos planos de acção específicos, identificados para cada uma destas estratégias, será prioritizada e sequenciada ao longo do prazo previsto.

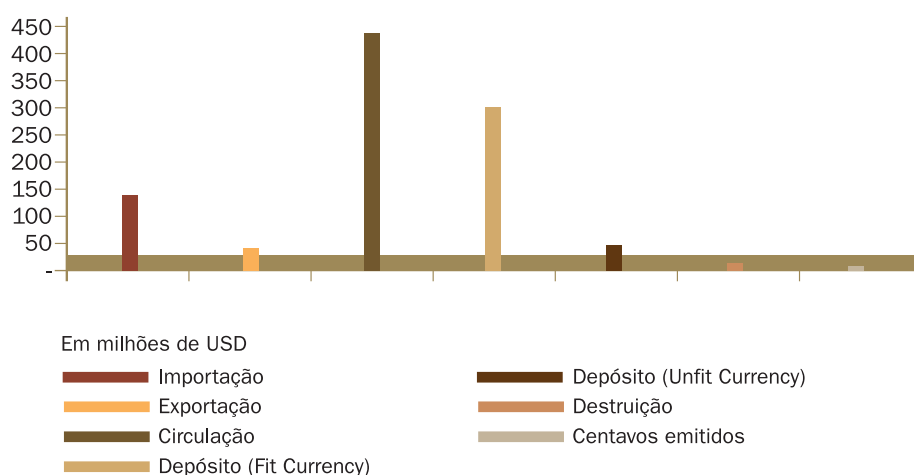
O relatório encontra-se disponível no site do BCTL em: Publicações > Principais publicações > Estratégia Nacional de Inclusão Financeira:
https://www.bancocentral.tl/uploads/documentos/documento_1504856113_7162.pdf

3.3.1.4. Importação e exportação de moeda

Uma das funções fundamentais do Banco Central consiste em assegurar que a economia nacional disponha de meios de pagamento necessários ao seu crescimento económico e à actividade corrente dos seus agentes. Neste sentido, o Banco Central desempenha a função de proteger a confiança pública na moeda do país, através do fornecimento de notas que, em todos os momentos, devem cumprir a procura do público e da garantia da integridade física das notas. Visto que o país usa notas de outro país e moedas metálicas próprias, mas não fabricadas em território nacional, o abastecimento da economia nacional em meios de pagamento imediato (moedas e notas) exige a importação dos mesmos e, no caso das notas, quando atingem um grau de conservação muito baixo, a sua reexportação para o país de origem, os Estados Unidos.

Gráfico 3.4

TL: Transacções de Moeda



Fonte: BCTL

Durante o ano de 2017, o BCTL importou 137,7 milhões de USD em notas de dólares norte-americanos, representando um decréscimo de 9,1% em relação ao 2016, tendo colocado em circulação um total de 423,6 milhões, incluindo moedas. De facto, o montante colocado em circulação é maior do que importado, devido às entradas de depósitos e à detenção das reservas. Note-se também que as notas de 20 USD continuam a ser as que mais se utilizaram em transacções no país, representando 53,7% da total de importação, representam 62,5% da circulação na economia, e 65% do total (re)depositado pelos bancos junto ao banco central (Quadro 3.5). Quanto às moedas, note-se que, em Setembro 2017, o BCTL emitiu e lançou em circulação a nova moeda de 200 centavos, cujo montante total emitido até Dezembro 2017 era de 261 mil centavos.

As denominações de 100 e 50 centavos continuam a ser as mais procuradas nas transacções em Timor-Leste, ascendendo a 1,752 milhões de centavos e 1,243 milhões, que representam 43,9% e 31,1% do total centavos em circulação respectivamente. Porém, estes números correspondem a um ligeiro acréscimo em 3,1% para a moeda de 100 centavos, e um crescimento de 27,4% (165,4% em 2016), em termos da denominação de 50 centavos face a 2016.



Quadro 3.5. Movimento da Moeda
(Valores em milhões de USD)

Denominação	Importação		Re-circulação		Depósito		Peso 2017			Variação (%)		
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	Importação	Re-circulação	Depósito	Importação	Re-circulação	Depósito
100	12.800	6.400	11.600	6.400	1.700	0.800	4,8	2,8	1,5	-50,0	-44,8	-52,9
50	19.200	23.200	23.650	17.450	3.750	1.750	17,2	5,8	4,2	20,8	-26,2	-53,3
20	76.800	72.320	256.580	272.841	171.261	206.061	53,7	62,5	65,0	-5,8	6,3	20,3
10	33.280	27.840	103.150	107.220	68.750	82.050	20,7	25,1	25,6	-16,3	3,9	19,3
5	6.160	4.960	15.515	15.660	10.598	8.481	3,7	3,8	3,7	-19,5	0,9	-20,0
Total	148.240	134.720	410.496	419.572	256.059	299.143	100	100	100	-9,1	2,2	16,8

Fonte: BCTL

Caixa 2. Modernização do Sistema de Pagamentos de Timor-Leste

1. R-TIMOR

O lançamento do sistema R-TIMOR em Abril de 2015 permitiu edificar os quatro pilares-chave do Sistema Nacional de Pagamentos, designadamente:

- Um sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS) que confere aos bancos a capacidade de efectuar pagamentos urgentes e de alto valor entre bancos em tempo real;
- Uma rede financeira interbancária que fornece aos participantes uma rede eletrónica segura e protegida para efectuar transferências e outras atividades financeiras, assente numa rede de fibra óptica, com o backup de uma rede de micro-ondas redundante;
- Uma Câmara de Compensação Automatizada (ACH) que confere aos participantes a capacidade de realizar pagamentos de baixo valor e não urgentes individualmente ou em lotes; e
- A Contabilidade de liquidação para clientes do BCTL, nomeadamente os bancos comerciais e várias entidades governamentais.

Durante o ano, a unidade de suporte do R-TIMOR no BCTL apoiou bancos e o Estado em várias iniciativas para fortalecer a integração eletrónica (do tipo STP, ou Straight Through Processing) entre o R-TIMOR e seus sistemas internos, nomeadamente:

- O Bank Rakyat Indonesia obteve uma licença bancária em Março de 2017 e finalizou a sua integração completa de STP com o R-TIMOR pouco tempo depois.
- O Banco Mandiri implementou o seu STP para submissão de pagamentos ao R-TIMOR.
- O Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL) implementou em Setembro uma nova infra-estrutura tecnológica global de suporte ao negócio bancário, que exigiu o desenvolvimento e teste de uma nova aplicação de STP, no âmbito da implementação daquela plataforma tecnológica;
- O Ministério das Finanças registou progressos substanciais durante o ano em termos da integração de STP do seu sistema GRP com o R-TIMOR, que foi formalmente lançado pelo Primeiro Ministro numa cerimónia realizada em Fevereiro de 2018.

2. Cartão Nacional e o Interruptor de Pagamentos

Em Março de 2017, o BCTL contratou a SIBS Internacional de Portugal para o fornecimento e implementação de um Cartão Nacional e um Interruptor de Pagamentos. O interruptor, designado de “P24” (o “P” associado às palavras Pagamentu, Pagamento e Pembayaran) oferecerá uma gama de serviços, nomeadamente:

- Permitirá aos titulares de cartões de crédito e débito emitidos em Timor-Leste utilizarem os ATMs de qualquer banco para efetuar levantamentos em numerário, inquéritos de saldo, transferências de fundos, pagamentos de contas e outras funções no sistema P24. Existem atualmente cerca de 100 mil cartões de débito e crédito emitidos para clientes de bancos em Timor-Leste.
- Permitirá que os titulares de cartão de qualquer banco adquiram bens e serviços em qualquer comerciante com recurso a terminais do tipo “Ponto de Venda (POS)”.

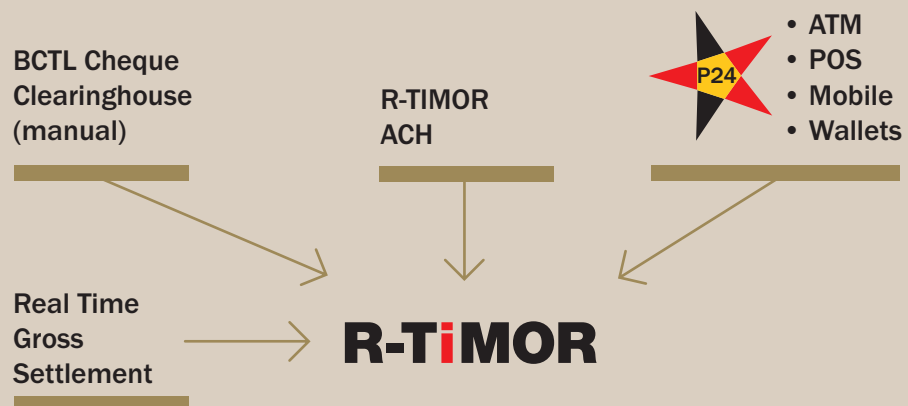
- Fornecerá serviços bancários móveis, incluindo a consulta de saldos, compra de serviços não bancários (telecomunicações e electricidade) e transferências, a clientes bancários com um telefone móvel e internet, estimados em cerca de 400 mil pessoas.
- Fornecerá serviços de carteira móvel que permitirão que todos com um telefone móvel e internet, com ou sem conta bancária, efectuem pagamentos para outros utilizadores do produto carteira.

O projeto tem sido o mais complexo realizado pelo Banco Central até à data, porque envolve a implementação do núcleo do sistema P24, mas também porque implicou que cada banco participante criasse uma equipa de projeto dedicada para completar as interfaces com seus principais sistemas bancários para permitir realizar uma grande variedade de transações, incluindo a emissão e gestão de cartões, verificação de saldos, gestão de caixa e processamento de transações.

O sistema P24 irá fazer uso da rede interbancária R-TIMOR e será vinculado ao R-TIMOR, permitindo que o P24 liquide automaticamente o valor líquido das transações de cada banco, numa base diária.

O Banco Central acredita que o sistema P24 trará benefícios substanciais para a nossa economia, nomeadamente em termos da promoção da inclusão financeira, particularmente porque reduzirá a dependência de dinheiro físico no âmbito das transações diárias dos nossos cidadãos, e também porque permitirá que pessoas sem contas bancárias, e ou aquelas que se encontrem distantes de bancos, possam dispor de meios de pagamento eletrónicos, para além do dinheiro, que serão aceites em mercados e lojas locais.

Quando o sistema P24 for lançado, de acordo com o plano, no segundo trimestre de 2018, os elementos principais do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste estarão em vigor. A imagem que se segue mostra os vários sistemas desenvolvidos até à data e o modo como se enquadram no R-TIMOR.



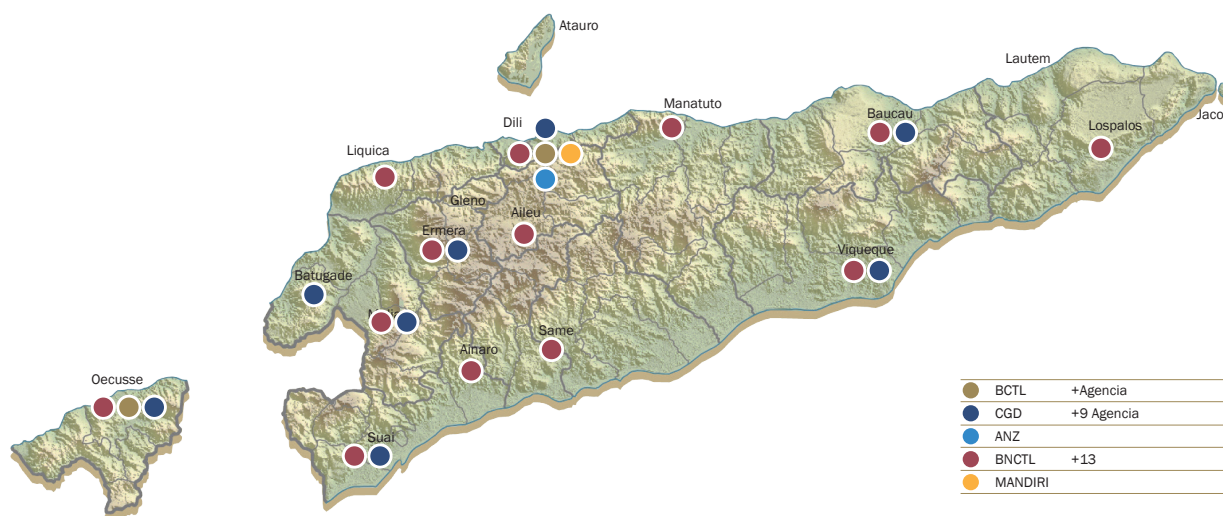
Encontrando-se sujeitos a confirmação, os desenvolvimentos futuros do sistema P24 podem vir a incluir a capacidade de se: efectuarem pagamentos fiscais e outros diretamente ao governo, facilitando, por exemplo, a venda de plafonds de electricidade (pulsa da EDTL); permitir que os clientes bancários solicitem crédito electronicamente, expandindo a gama de opções de pagamento de contas e uma gama de outros serviços de pagamento eletrónico.

3.3.2. Sistema financeiro e serviços bancários

3.3.2.1. Licenciamento e regulação do sistema financeiro

O sistema financeiro de Timor-Leste é constituído por bancos comerciais, companhias de seguros, outras instituições receptores de depósitos, casas de câmbio, operadores de transferência de dinheiro (MTO), incluindo também várias cooperativas de crédito. O funcionamento do sistema financeiro evoluiu de forma sólida e segura ao longo do ano, continuando a contribuir significativamente para a estabilidade económica do país.

Serviços bancários em Timor-Leste



Os artigos 5.º e 29.º da Lei n.º 5/2011, de 15 de junho e a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, concedem ao BCTL o poder exclusivo de regulamentar, licenciar e fiscalizar todas as instituições financeiras. A Divisão de licenciamento e regulamentação é responsável pela avaliação de novas licenças para bancos, casas de câmbio, companhias de seguros ou mediadores de seguros, outras instituições receptoras de depósitos e operadores de transferência de dinheiro (MTO).

Durante o exercício de 2017, a Divisão submeteu à aprovação do Conselho de Administração o licenciamento de: uma aprovação de licença bancária ao PT. Bank Rakyat Indonésia (Persero), Tbk. para estabelecimento de uma sucursal em Timor-Leste, e uma aprovação preliminar de requerimento de licença de operadores de transferência de dinheiro à Loja 21 de Junho Unipessoal, Lda. Ao mesmo tempo, submeteu a aprovação do Conselho de Administração a recusa de concessão de licença a três operadores de transferência de dinheiro e a um banco a estabelecer em Timor-Leste.

A Divisão continua a trabalhar em conjunto com a Divisão de Supervisão Bancária e a Divisão de Seguros na monitorização das actividades dos operadores/prestadores de serviços de transferência de fundos, em conformidade com as leis e regulamentos em vigor e outras empresas/pessoas suspeitas de realizarem serviços de transferências de fundos sem se encontrarem devidamente licenciadas pelo BCTL. Durante o ano o BCTL, no contexto desta supervisão, decidiu aplicar uma multa monetária ao indivíduo que foi identificado como um operador de transferência de dinheiro sem licença.

Caixa 3. Implementação das Estratégias Nacionais do Programa da Educação Financeira Em Timor-Leste

3.1. Programa de Literacia Financeira nas Escolas Primárias

Conforme foi descrito no relatório anual de 2016, os funcionários do BCTL iniciaram o programa de literacia financeira nas escolas primárias no território de Timor-Leste, que, depois do acordo com o Ministério da Educação, foi incluído como um programa extracurricular.

A fim de melhorar as suas capacidades de ensino no programa de Educação Financeira, o BCTL organizou sessões de actualização da formação dos atuais grupos de professores e sessões de formação de um novo grupo de professores, que foram responsáveis pela implementação do programa de educação financeira nas suas escolas, a partir de meados de 2017.

Os professores encontram-se, assim, mais capazes para desempenhar a sua missão e disseminar o material de formação, para que o conhecimento possa chegar a todas as escolas primárias nas suas áreas municipais. O BCTL continua a coordenar com o Ministério da Educação a monitorização do desempenho dos professores durante o programa.

A fim de manter a qualidade do ensino do programa de literacia financeira nas escolas primárias, bem como observar os problemas que são enfrentados pelos professores, a equipa do programa de literacia financeira do BCTL continuará a monitorizar as escolas primárias em que estava a gerir directamente o programa de literacia financeira. Os problemas descobertos durante o processo de motorização, serão utilizados para melhorar a qualidade deste programa.

A equipa da literacia financeira viajou e visitou todas as escolas que administram o programa de literacia financeira, tendo sido reconhecido que há ainda muitas etapas a cumprir para termos um programa de boa qualidade e capaz de atingir os objectivos traçados.

Atualmente, existem 56 professores de 39 escolas primárias que ensinam o programa de literacia financeira no país, e o programa abrange já 12 municípios e a Região Administrativa Especial de Oé-Cusse.





3.2. Dia Nacional da Poupança

A celebração do terceiro aniversário do Dia Nacional de Poupança foi realizada no Salão Paróquia Numbei, na Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA).

Os participantes da cerimónia do Dia Nacional da Poupança incluíram o Ministro da Educação e Cultura, o Presidente em exercício da Autoridade da Região Administrativa Especial Oé-Cusse Ambeno (RAEOA), representantes dos bancos comerciais e professores e alunos das escolas primárias da RAEOA.

Antes da cerimónia do Dia Nacional de Poupança, o BCTL organizou atividades educacionais em 27 de novembro em coordenação com a Autoridade RAEOA, em particular com a Direção de Educação. O tema para as actividades que antecederam o evento e a celebração do dia nacional da poupança foi: “poupa agora para um futuro melhor”. O objetivo consistiu em aumentar o conhecimento e a consciencialização dos alunos, particularmente aqueles nas escolas primárias, sobre os benefícios da poupança para o futuro.

As atividades pré-evento incluíram o desenho, a fala e a poesia. Oito escolas primárias juntaram-se a uma competição de desenho, discurso e poesia, resultando em quatro vencedores, enquanto que uma competição na forma de questionário resultou em quatro grupos vencedores.

Ocorreu também a entrega de certificados a professores que mais contribuem e continuam a demonstrar uma grande dedicação no ensino de literacia financeira nas suas respectivas escolas, desde o início do programa. Estes certificados de reconhecimento do BCTL foram entregues à: Sra. Onarata Martins, professora da EBF Dona Ana Lemos, do município de Ermera; Sra. Aurelia da Costa, professora de EBF Uma Forma do município de Ainaro; e ao Sr. Rudolfo Do Carmo Soares, professor da EBC Perola de Atauro do município de Dili.

O objetivo da atribuição destes certificados é o de demonstrar o reconhecimento da contribuição desses professores na implementação do programa de literacia financeira nas escolas primárias, o que deverá reforçar a sua motivação e dos outros professores que ensinam actualmente o programa.

Durante esta cerimónia, o governador Abraão de Vasconcelos declarou que o programa de educação financeira e o “road show” são programas para educar

as pessoas, particularmente as crianças, para serem responsáveis pelo seu próprio destino financeiro e o BCTL vai solicitar que o programa fosse incluído no programa curricular do Ministério da Educação RDTL. O governador acrescentou que 53 professores de 39 escolas estão agora a ensinar o programa de literacia financeira, que abrangeu já um total de 8,640 estudantes. O governador referiu também que um total de 10.945 contas de poupança de crianças (chamado “Ha’u Nia Futuru” ou “Meu futuro”) foram já abertas nos cinco bancos comerciais que operam em Timor-Leste, desde final de 2015 até 31 de outubro de 2017, acumulando uma poupança total de 2,5 milhões de USD.

Nessa cerimónia, o Ministro da Educação reconheceu que este programa é muito importante, e que o programa de literacia financeira deve ser ensinado desde o ensino básico, de forma a incentivar os jovens a poupar para o seu futuro. O Ministro apoiou as iniciativas positivas do BCTL e a implementação do programa de literacia financeira nas escolas.

O RAEOA, por meio do Presidente em exercício, expressou o seu apoio a este programa e a sua intenção de expandir o programa de literacia financeira na Região, de modo a que todas as escolas primárias da RAEOA venham a poder ensiná-lo.

3.3. Programas Itinerantes de Educação Financeira

O “Road Show” nacional para o Programa de Educação Financeira foi lançado oficialmente durante a cerimónia do Dia Nacional de Poupança.

O programa itinerante faz parte do programa de educação financeira para incentivar as pessoas a melhorar seus hábitos em termos de despesas e a aumentar a sua segurança e estabilidade financeira ao pouparem mais.

Nos dias que se seguiram ao lançamento oficial do “road show” do programa de educação financeira, representantes do BCTL, bancos comerciais e autoridades locais continuaram a campanha educacional em três posto administrativos, nomeadamente Pante Makasar, Oesilo e Nitibe. O objetivo da iniciativa consistiu em divulgar informações sobre a importância da poupança para um futuro melhor, novamente através do produto de poupança de crianças “Ha’u Nia Futuru”. Um total de 151 novas contas foram abertas durante os dois dias de actividade. As atividades itinerantes continuarão em doze municípios em 2018.





Caixa 4. Implementação do Plano Director de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Timor- Leste

4.1 Formação em contabilidade e registo para empresas

Conforme mencionado no relatório anual do BCTL de 2016, o BCTL concluiu o programa de formação de quatro grupos, que contaram com 20 participantes em cada grupo.

Em 2017, o BCTL em cooperação com a CCI-TL e a entidade formadora realizaram um programa de motorização e avaliação de todos os participantes que concluíram a formação. O objectivo deste programa de motorização e avaliação consistiu em observar e avaliar o desempenho de cada participante para que o BCTL e a CCI-TL possam avaliar a eficácia do programa.

A equipa visitou e observou o progresso registado pelos participantes. Esta actividade deverá continuar a ser implementada para os próximos grupos de formandos.

Observou-se ainda que a maioria dos participantes começou a preparar e a realizar os seus relatórios, como o: balanço patrimonial, a conta de resultados e a demonstração de fluxos de caixa nas suas atividades diárias. Além disso, foram-se habituando a arquivar estes documentos e a informação de suporte das transações financeiras. A maioria dos participantes também manifestou a sua vontade em continuar a participar em futuras sessões de formação.

Apesar dos resultados positivos, também foi observado que o BCTL e a CCITL precisam de melhorar a qualidade do processo de selecção, designadamente em termos do nível de conhecimento, compreensão, capacidade técnica e negócios dos participantes. Além disso, a formação deve incluir mais mulheres empresárias para que haja equilíbrio de género.





4.2. Estratégia Nacional De Inclusão Financeira

Em 2017, o BCTL lançou a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2017-2022. A estratégia servirá como um Guia para definir o trajecto rumo a um sector financeiro mais forte, mais inovador e inclusivo para Timor-Leste. A Estratégia Nacional de Inclusão Financeira é um apelo à acção, para aproveitar e alinhar os esforços de todas as partes interessadas (stakeholders) de modo a conseguir um desenvolvimento do setor financeiro inclusivo e sustentável.

A inclusão financeira consiste na prestação de serviços financeiros essenciais a custos acessíveis

para todos os segmentos da sociedade. Isso permitirá que mais Timorenses aumentem as suas poupanças, consigam gerir os riscos financeiros e se capacitem mais pessoas para que, a longo prazo, possam melhorar a educação dos seus filhos, poupar para a reforma e suportar os respectivos cuidados de saúde.

As principais partes interessadas neste objectivo contribuirão ativamente para o desenvolvimento da estratégia e o seu compromisso será essencial para sua implementação.

Financial Inclusion Broad Strategies



Guia também inclui planos de acção específicos que se concentram nas mulheres. O objetivo é o de criar um contexto propício que acelerará a inclusão financeira das mulheres.

A estratégia estabelece planos de ação para os próximos anos, cobrindo o reforço do: acesso a serviços financeiros, o desenvolvimento de produtos financeiros, adequação de preços de produtos, capacitação, arranjos institucionais, literacia financeira e protecção do consumidor. Também inclui os resultados de uma análise aprofundada da situação actual em termos de inclusão financeira, define os objetivos de desenvolvimento do sector financeiro e estabelece “benchmarks” baseados nas melhores práticas internacionais.

4.3. Workshop sobre a Abordagem Baseada no Risco

Tendo em consideração as questões identificadas nas avaliações nacionais de risco realizadas em 2016, especialmente dos riscos e vulnerabilidades em termos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo no sector financeiro, o BCTL, em colaboração com o Grupo do Banco Mundial, realizou um “workshop” para introduzir a Abordagem Baseada nos Riscos do Branqueamento de Capitais e no Combate ao Financiamento do Terrorismo, destinada aos Bancos, ODTI e MTOs. Este workshop realizou-se de 3 a 5 de maio de 2017 e foi apoiado financeiramente pelo governo do Canadá.

O “workshop” de dois dias contou com a participação de todos os bancos comerciais, ODTI e MTOs que são licenciados e operam actualmente em Timor-Leste. Este workshop contou com a presença de três oradores do Banco Mundial com um alto nível de conhecimento em AML / CFT. No final do workshop, todos os participantes receberam o respectivo certificado.

O objetivo do workshop consistiu em aumentar a capacidade, em termos de identificação e avaliação dos riscos do ML / TF em Timor-Leste, a fim de aplicar medidas corretivas e de mitigação dos riscos, contribuindo assim para definir e implementar as Políticas de Supervisão e Controlo do BCTL neste contexto.

O Programa do Workshop abordou os seguintes sub-temas:

1. Introdução à Avaliação Nacional de Riscos neste contexto;
2. Abordagem RBA em termos de supervisão, designadamente: Ferramentas de Supervisão e Alertas, Transações KY, Origens e Destinos de fundos, justificativos de Transacções, comportamento de Clientes, Intermediários de KY (Em toda a cadeia de pagamentos), Agentes de KY, Ameaças de Financiamento ao Terrorismo; e o Relatório de transações suspeitas).
3. Implementação da Abordagem RBA e medidas concretas de supervisão, nomeadamente: Necessidade de Envolvimento da Gestão, definição do papel e funções do “Compliance Officer”, Políticas e Procedimentos de controlo do AML / CFT e desenvolvimento dos procedimentos de controlo interno das instituições.





4.4. Prémio do Banco Central Para Promotores De Inclusão Financeira

O Prémio do Banco Central foi criado em 2017 para evidenciar o apreço do Banco por pessoas que se destaquem na contribuição para o desenvolvimento do Sector Financeiro de Timor-Leste e para a promoção da Inclusão Financeira no nosso País.

Durante as comemorações do 6º aniversário do BCTL, o primeiro ano do prémio, a equipa de gestão do BCTL reconheceu a destacada contribuição do Director do Conselho do BNCTL, Dr. Brigído de Sousa e do Director Nacional do BNU / CGD, Dr. Fernando Torrão Alves. Os dois Directores foram distinguidos pelo facto de terem vindo a liderar projectos de inclusão financeira nas suas organizações e terem demonstrado um elevado grau de compromisso profissional e pessoal com o desenvolvimento do sector financeiro de Timor-Leste.



Caixa 5. Assinatura de memorando de entendimento (MdE) com a RAEOA

5.1. MoU Celebrado com a RAEOA / ZEEMS Relativo À Execução Do Programa de Literacia Financeira Nas Escolas Primárias

O começo do programa de literacia financeira nas escolas primárias da RAEOA, foi antecedido pela assinatura do memorando de entendimento com a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno, em 17 de fevereiro de 2017 em Oecusse. Este memorando de entendimento é válido por um período de 2 anos com a possibilidade de ser alargado, garantindo que o programa de literacia financeira será ensinado como um programa extracurricular. O próprio MOU foi assinado pelo governador Abraão de Vasconcelos e o Presidente da RAEOA, Dr. Mari Bim Amude Alkatiri.

O objetivo da assinatura do Memorando é estabelecer o quadro para a implementação conjunta entre o BCTL e Autoridade de RAEOA sobre o programa de literacia financeira para professores nas escolas primárias e avaliação conjunta, bem



como o processo de monitorização da implementação do projeto, nas escolas primárias em RAEOA.

O âmbito do Memorando inclui a: colaboração no acompanhamento da implementação do programa de literacia financeira nas escolas primárias na RAEOA; participar e colaborar com a equipa de gestão de projectos sempre que necessário, colaborar na avaliação do projeto a ser realizada pela equipa do BCTL afecta a este programa, oferecer apoio e assistência mútua no programa de literacia financeira, em particular, se for estendida ao ensino secundário.

Também inclui a possibilidade de o BCTL auxiliar a RAEOA na preparação dos materiais do projecto; o dever da Autoridade da RAEOA de encorajar os professores a participar no programa de educação financeira e, no âmbito da implementação do projecto nas escolas, disponibilizar o que for necessário, em termos de recursos.

Finalmente, o âmbito do Memorando também descreve que tanto o BCTL como a RAEOA devem receber e avaliar os relatórios mensais apresentados pelos professores e cooperar para encontrar soluções de financiamento para os custos do projeto e, se for o caso, apoiar financeiramente os professores participantes.

No seu período inicial, apenas 2 professores de 2 escolas primárias ensinaram o programa de literacia financeira nas suas escolas. No final de 2017, existiam já 6 professores em 4 escolas primárias da RAEOA que ensinam o programa de literacia financeira, designadamente na: a EBF 1 de Maio Palaban, EBF 28 de Agosto, EBF Mahata e EBC Santo Antônio. A Autoridade de RAEOA expressou ainda o seu apoio para expandir este programa, de modo a cobrir todas as escolas primárias da RAEOA.

5.2. Assinatura do MdE com o PNUD

Durante o ano, o Banco Central de Timor-Leste e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinaram um Acordo de partilha de custos por 3 meses relativo à implementação do plano de acção da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira.

A implementação abrangeu a necessidade de coordenação de todas as partes interessadas





relevantes, no sentido de estabelecer o Comité Nacional de Coordenação (NCC) e um Comité Técnico (TC) em Timor-Leste (a seguir designado como Projecto de Estratégia Nacional de Inclusão Financeira), conforme descrito no documento da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira. A cerimónia de assinatura foi ratificada entre o Governador do BCTL, Dr. Abraão de Vasconcelos e o Sr. Claudio Providas, Director do PNUD e Representante Residente do PNUD.

Este foi o primeiro Acordo de partilha de custos assinado pelo BCTL, focado na necessidade imperiosa de promover a inclusão financeira no nosso país, que é considerada um dos pilares básicos de suporte da estabilidade macroeconómica e financeira do país.

Caixa 6. Reuniões e Encontros

6.1. XVI Encontro de Recurso Humanos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa

Realizou-se em Dili, nos dias 12 e 13 de setembro de 2017, o XVI Encontro de Recurso Humanos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, que contou com a presença de delegações dos Bancos Centrais de Angola, de Cabo Verde, de Moçambique, de Portugal e de Timor-Leste.

Os pontos principais debatidos e partilhados neste encontro foram os seguintes:

1. Desenvolvimentos recentes na estrutura e actividades dos Departamentos de Recursos Humanos;
2. Gestão de Talento nos Bancos Centrais como estratégia para a captação, retenção e desenvolvimento de competências e carreiras dos quadros e elevação do desempenho e excelência organizacional;
3. Papel da formação no desenvolvimento das competências dos colaboradores, na coesão das equipas e na Identidade e Cultura dos Bancos Centrais;
4. Melhoria do Perfil de Gestão e Liderança nos Bancos Centrais.

Este é a segunda vez que o BCTL realiza um encontro dos Bancos Centrais da Língua Portuguesa, tendo sido o primeiro o 9.º Encontro de Estatística realizado em 2016, o qual decorreu de forma satisfatória.

3.3.2.2. Seguradoras

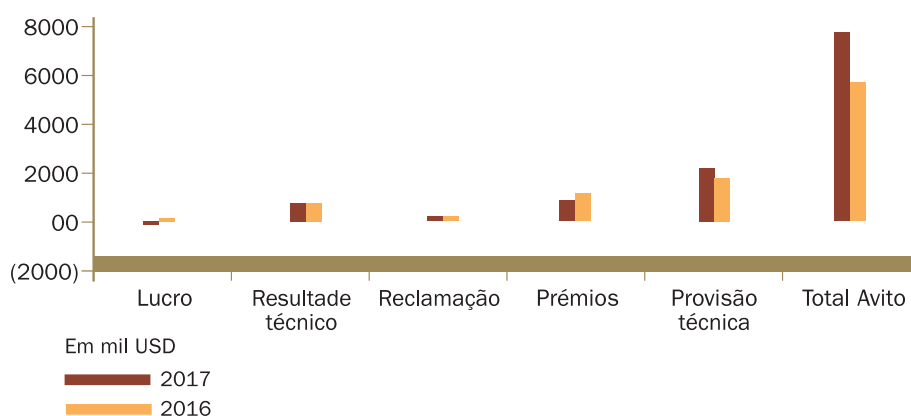
Companhia Seguradoras

Em 2017, o sector segurador continuou a contar com a existência de três companhias seguradoras em Timor-Leste: a NITL-National Insurance of Timor-Leste, a SinarMas (SMI) e a Federal Insurance Timor, (FIT) S.A.. Tem-se registado uma melhoria progressiva do conjunto de serviços oferecido pelas companhias seguradoras no país, a provisão seguros gerais para os vários sectores de actividade, com taxas acessíveis e um nível de concorrência adequado.

O total de ativos do sector registava um montante de 7,5 milhões de USD em Dezembro 2017, tendo aumentado cerca de 32% relativamente a 2016. Ainda durante o ano de 2017, o total dos passivos aumentou 12%, perfazendo a quantia de USD 4,3 milhões de USD no final do ano. O capital próprio do sector registou um aumento de 73%, para USD 3,2 milhões de USD.

O gráfico 3.5 ilustra o desempenho do negócio das companhias de seguros em Timor-Leste durante o período.

Gráfico 3.5. Desempenho do negócio de Seguro



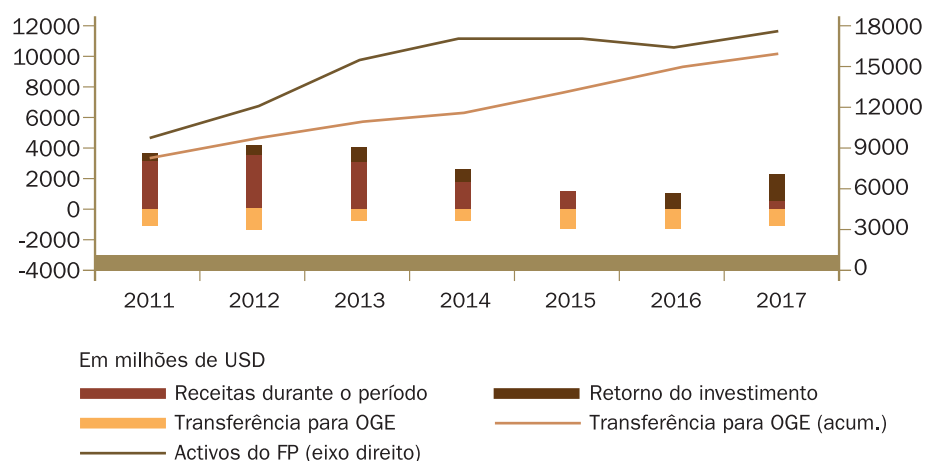
Fonte: BCTL

3.3.3. Gestão do Fundo Petrolífero

De acordo com o enquadramento definido na Lei do Fundo Petrolífero, o Banco Central continua a ser responsável pela gestão operacional do Fundo. No final de 2017, o seu capital ascendia a 16.799 milhões de USD, registando um aumento cerca de 6% em relação ao ano anterior. As receitas petrolíferas anuais – impostos e “royalties” – cifraram-se em 422 milhões de USD (979 e 224 milhões em 2015 e 2016 respectivamente). Por outro lado, os levantamentos destinados ao financiamento do Orçamento Geral do Estado de 2017 avaliaram-se em 1.079 milhões de USD (1.244,8 milhões em 2016), registando uma redução de 13,3%. As despesas de gestão do Fundo, tanto externas como internas, ascenderam a 13,421 milhões de USD em 2017, registando uma diminuição de 8,2% face 2016.

Gráfico 3.6

Evolução dos Ativos do Fundo Petrolífero



No que se refere ao desempenho durante o ano, o Fundo acumulou rendimentos brutos (médio) de 409 milhões de USD, o que corresponde a 2,5% do valor médio investido no Fundo em 2017 (16.564 milhões). A decomposição destes rendimentos, permite-nos observar que o rendimento decorrente do recebimento de juros e dividendos totalizou 0,5% do valor médio do Fundo em 2017, enquanto que as mais valias registadas, durante o exercício, ascenderam a 1,48%, equivalente a uma subida de 0,80pp em relação a 2016.

Somando estas 2 parcelas, o Fundo obteve uma rentabilidade bruta de 2%, sem contar com os efeitos cambiais. Contudo, a ligeira depreciação do dólar norte-americano em 2017 face às moedas em que se encontra denominada parte dos investimentos do Fundo, resultou num ganho (em média) de natureza cambial de 78,1 milhões de USD em 2017, ou de 0,2% do valor do Fundo, depois de uma perda de 302 e 28,9 milhões de dólares ocorrida em 2015 e 2016 respectivamente. Note-se ainda que o rendimento absoluto do Fundo em 2017 foi

de 1,7 mil milhões de USD, o valor absoluto mais elevado na história do FP. Este rendimento anual deveu-se a: ganhos cambiais de 312,4 milhões de USD, e 983 milhões maioritariamente justificados pelos ganhos resultantes de variações dos preços de mercado dos títulos do Fundo.

Em termos de actividades e desenvolvimentos relevantes nesta área, é de assinalar que o Fundo continua a manter a alocação estratégica proposta, investindo 40% do total do Fundo em mercados accionistas.

O BCTL continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério das Finanças, bem como com o Comité de Assessoria para o Investimento (CAI), no sentido de reavaliar e monitorizar continuamente a adequação da alocação estratégica do Fundo, sempre dentro dos parâmetros definidos pelo quadro legal do Fundo Petrolífero. Refira-se especificamente que o BCTL participou activamente nas discussões mantidas, ao nível do CAI, relativas à expansão do universo de investimento, aumento do grau de diversificação e adopção de novas políticas de gestão para permitir atingir o rendimento esperado do Fundo de 3% em termos reais, numa base plurianual.

Até o final do ano, os gestores dos investimentos em títulos de rendimentos fixo continuam a ser 4, dos quais 3 são gestores externos - o “Alliance & Bernstein”, o “Wellington Management”, e o Banco de Pagamentos Internacionais (BPI/BIS) - e o gestor interno, o próprio BCTL. Os gestores dos investimentos em acções são 3 empresas internacionais - Schroders Investment Management, SSgA International Equity e o BlackRock Investment Management - e o próprio BCTL, que foi aprovado para gerir 1% dos activos do FP investido em acções.

O BCTL continuou a investir nas políticas de formação dos recursos humanos e no aumento dos recursos técnicos e financeiros disponíveis para suportar e melhorar a gestão directa do Fundo, com o objectivo de internalizar uma fatia crescente dessa gestão. A implementação da plataforma tecnológica, a “Bloomberg Asset Investment Management (Bloomberg AIM)”, em 2015, reforçou substancialmente as capacidades internas do BCTL na gestão de activos, sobretudo com a implementação da gestão interna de acções em 2016. Na vertente da formação de recursos humanos, o BCTL continuou a suportar os custos da formação académica continua dos respectivos quadros e a sua participação em módulos de formação e seminários internacionais, organizados por parceiros institucionais do BCTL.

3.3.4. Reforço institucional

O BCTL em 2017 continuou a privilegiar uma revisão abrangente da lei bancária de Timor-Leste (Regulamento UNTAET n.º 2000/8 sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária). Esta regulamentação foi estabelecida e implementada no início da Administração das Nações Unidas em Timor-Leste, sendo agora altura de se rever e atualizar o diploma, de modo a criar uma base moderna para o desenvolvimento do sistema bancário ao longo das próximas décadas.

O Plano Director para o Sector Financeiro prevê ainda que o BCTL se envolva activamente, no sentido de aumentar a proteção dos clientes bancários e melhorar as relações com os clientes da banca de retalho. As normas existentes - Instrução Pública n.º 06/2010 e da seção 2.5 do Regulamento n.º 2000/8 - definem já alguns requisitos básicos, relativamente a esta matéria.

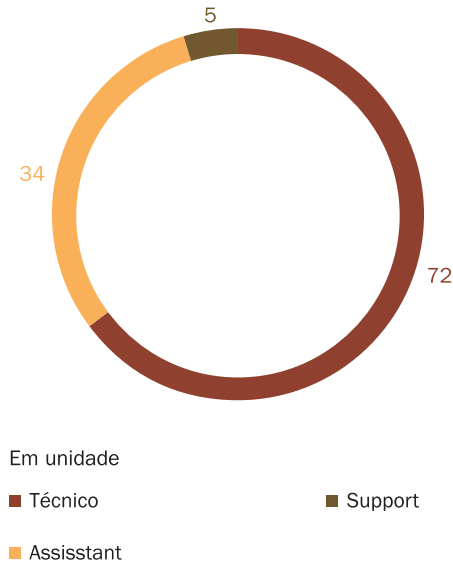
O conselho da Administração do BCTL decidiu realizar uma auditoria externa independente ao BCTL, cujo contrato foi atribuído à Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S.A e realizada em 2017. O BCTL conseguiu ainda completar a construção do seu edifício sucursal na RAEOA. A construção foi adjudicada à uma empresa Timorense e baseada em Oe-Cusse. O BCTL espera que, com a existência do seu edifício, se venha a melhorar a respectiva capacidade de atendimento e resposta às necessidades e cidadão desta região e, em simultâneo, expandir o número e tipo das actividades desenvolvidas no enclave.

3.3.5. Pessoal e programa de formação

O BCTL contava, no final do período em análise, com 88 funcionários. O plano de recrutamento previsto para o ano de 2017 foi levado a cabo no mês de Fevereiro. Infelizmente o BCTL não conseguiu alcançar totalmente a sua meta na obtenção de quadros qualificados para preencher as necessidades de pessoal para as áreas chave do Banco. Foi ainda recrutado um candidato para preencher uma posição no Departamento de IT. O BCTL mantém o seu plano de recrutamento para o ano de 2018, estando prevista a contratação de 20 funcionários adicionais para as carreiras profissionais de técnicos e assistentes.

O número de colaboradores do BCTL, incluindo os funcionários a recrutar em 2018, e distribuído por categorias profissionais é apresentado no gráfico 3.7:

Gráfico 3.7
Carreiras Profissionais



Fonte: BCTL

No que diz respeito ao sistema de Avaliação de Desempenho dos funcionários do BCTL ao longo do ano de 2017, a maioria dos colaboradores conseguiu atingir os objectivos estabelecidos ao nível da instituição e dos respectivos departamentos e divisões.

O sistema de Avaliação de Desempenho é realizado pelas várias chefias com o objectivo de valorizar o trabalho dos respectivos colaboradores e analisar as suas contribuições para a atividade do BCTL.

As dimensões utilizadas na avaliação do desempenho dos funcionários mantiveram-se inalteradas em relação ao ano anterior, conforme indicado no diagrama que se segue, designadamente: Objectivos, Actividades e Competências para os colaboradores da carreira profissional de Técnico e Actividades e Competências para os colaboradores das carreiras profissionais de Assistente e de Suporte.

TÉCNICOS

- OBJECTIVO
- ACTIVIDADES
- COMPETÊNCIAS



ASSISTENTE & SUPPORTE

- ACTIVIDADES
- COMPETÊNCIAS



Quanto ao desenvolvimento de capacidades e conhecimentos dos seus colaboradores, o BCTL continua, anualmente, a manter a alocação de um montante adequado para o cumprimento do seu programa de formação, que passa por formações em competências técnicas atribuídas aos seus colaboradores, tanto em Timor-Leste como no estrangeiro.

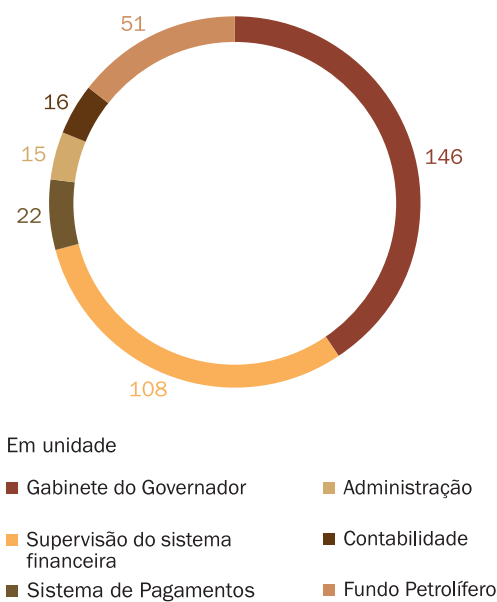
Além da formação e estudos no estrangeiro, a formação interna no BCTL continuou a contribuir para uma melhoria das qualificações dos funcionários. Em 2017, a formação interna do BCTL focou-se no aperfeiçoamento das capacidades de Liderança das chefias do BCTL.

Os colaboradores do BCTL continuaram a participar igualmente em diversos programas de formação, conferências e seminários organizados por outros bancos centrais e instituições financeiras. O BCTL espera que o seu quadro de colaboradores possa continuar a usufruir deste tipo de programas e eventos de formação.

Os gráficos 3.8 e 3.9 detalham as informações relativas ao número de funcionários e dias de participação em formações, seminários e conferências ao longo do ano de 2017.

Gráfico 3.8

Número dos Dias de Treinamento e Workshops



Fonte: BCTL

Gráfico 3.9

Número de funcionários que participaram em formações



Fonte: BCTL

3.3.6. Relações externas

O BCTL continua a realizar discussões e a estabelecer acordos (Memorandos de Entendimentos) com entidades com as quais mantém parcerias ou relações institucionais, tais como o JP Morgan, a BlackRock, o Banco de Pagamentos Internacionais (BPI/BIS), a Clifford Chance, a KPMG, a Credit Scheme Guarantee Berhad Malaysia, a OJK Indonesia, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) de Portugal, o Reserve Bank of Australia, a Australia Prudential Regulation Authority (APRA), a Pusat Pelaporan dan Analisis Transaksi Keuangan (PPTK) Yayasan Pendidikan Internal Audit em Jakarta e a KPMG em Lisboa, no sentido de reforçar os laços de cooperação com essas entidades e vir a ser possível a realização de programas de formação e estágio, bem como a prestação de assistência técnica aos quadros do BCTL.

O BCTL tem continuado a conceder grande importância ao aprofundamento das suas relações externas, quer como forma da sua afirmação enquanto Banco Central de um novo país independente, quer como forma de assegurar o apoio para a formação dos seus quadros através da sua participação em programas de formação e estágios, bem como da prestação de assistência técnica necessária.

É nesta lógica que se continuou a beneficiar das boas relações com instituições como o Banco de Portugal, o Bank Negara Malaysia, o Reserve Bank of Australia, IMF Institute Singapura, o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS em Basileia), OJK em Indonesia e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ADF em Portugal.

Além disso o BCTL continua a aprofundar as suas relações com entidades comerciais com quem trabalha tais como a JP Morgan, a Clifford chance, a KPMG, a Deloitte, Credit Scheme Guarantee berhad Malaysia, APRA PPTK, Yayasan Pendidikan Audit Jakarta e KPMG em Portugal, entre outras organizações.

Caixa 7. Plano de Acção do BCTL para 2018

O BCTL prevê desenvolver um conjunto vasto de iniciativas em 2018, das quais se destaca a continuação da implementação do Plano Director de Desenvolvimento Financeiro e do Plano para o Sistema de Pagamentos Nacional. Este capítulo elenca e descreve os vários programas e iniciativas previstos pelo BCTL para 2018.

Reformular o Quadro de Contabilidade Bancária de acordo com as normas internacionais IAS/IFRS

O Banco Central considera que o atual quadro de contabilidade utilizado pelos os bancos comerciais, incluindo as outras instituições de depósito, não está de acordo com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro (IAS/IFRS), pelo que, o BCTL irá substituí-lo de acordo com as IAS/IFRS. BCTL, em 2018, prevendo contratar um consultor para esse fim.

Introdução do Sistema de Garantias de Crédito no Financiamento às PMEs

O BCTL irá introduzir o primeiro sistema de garantias de crédito em Timor-Leste, no sentido de conceber o quadro do regime das garantias de crédito, especificamente direcionado apenas para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). O projecto piloto foi iniciado em 2015 e será financiado pelo Governo. Numa fase inicial será proposto um montante de USD10 milhões para dois esquemas: o de garantia geral para o PMEs e o de garantias destinadas à pecuária. O governo alocou, no OGE 2017, um montante de 4 milhões de USD para o projeto. O Governo aprovou o decreto Lei do Sistema de Garantia de Crédito para Pequenas e Médias Empresas em Julho 2017. Ao fomentar o crescimento de crédito, o Banco Central irá continuar a implementar o programa de formação das Pequenas e Média Empresas (PMEs) na área de contabilidade básica em 2018, prevendo abranger cerca de 100 empresários e organizar a monitorização e avaliação aos empresários que já participaram na formação. O BCTL prevê ainda alargar este programa de formação para abranger conteúdos técnicos de nível intermédio. O programa será implementado em cooperação com o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE) e a Câmara de Comércio e Industria de Timor-Leste (CCITL).

Implementação da Estratégia Nacional para a Educação Financeira

No âmbito da estratégia e plano de desenvolvimento financeiro nacional, o BCTL considera que o programa de promoção da inclusão financeira é um elemento-chave para atingir um desenvolvimento efectivo e sustentável. O BCTL considera que a educação, ou a elevação do nível de literacia financeira, será um dos factores determinantes no alargamento da prestação nacional de serviços financeiros às populações sem acesso aos bancos nas áreas rurais. Em 2018, o Banco Central prevê a continuar a realizar as iniciativas já realizadas

em 2016 e 2017 e, em simultâneo, desenvolver novas actividades em 2018, como por exemplo: a formação de líderes comunitários e religiosos no sentido de os capacitar como dinamizadores do programa; organizar uma conferência internacional com o objetivo de partilhar a discussão do modelo de melhores práticas neste campo; implementar um projeto piloto designado de clube de “Smart Money” numa universidade; e ainda concluir um levantamento qualitativo e quantitativo do nível de conhecimento financeiro da população, a nível nacional. O Banco Central irá desenvolver esforços em cooperação com o Ministério da Educação, de modo a empregar os grupos de professores no ensino básico que já têm experiência para administrar e gerir o programa de formação dos grupos de professores (ToT) através do INFORDEPE, com o objetivo de expandir o programa da educação financeira a todas as escolas básicas municipais. O BCTL vai continuar a realizar o programa itinerante (roadshow) em todos os municípios, promovendo a realização de várias actividades lúdicas e desportivas para ampliar o conhecimento do público sobre os benefícios do programa “poupa agora para um futuro melhor”.

Introduzir um Sistema de Reporte “on-line” para IF e Instalar o sistema de supervisão “off-site”

O BCTL pretende introduzir um sistema de reporte on-line para as instituições financeiras relevantes. Será também implementada uma plataforma analítica (offsite surveillance system), depois de terminado o processo de revisão do sistema, para facilitar a eficiência e abrangência do processo de supervisão. A plataforma permitirá facilitar substancialmente o processo de supervisão, possibilitando a compilação automática de estatísticas e dados bancários. Após a celebração do contrato com a companhia fornecedora do software para o sistema de “Off site”, será realizada uma formação adequada a todos os utilizadores da ferramenta e, de seguida, o lançamento efectivo do sistema, previsto para o segundo trimestre de 2018.

Implementação da Estratégia Nacional para a Inclusão Financeira

BCTL estabelecerá uma base legal menos exigente em termos administrativos para os agentes bancários e seguros, de modo a possibilitar a expansão das redes de comunicações nas áreas que não têm possibilidade de acesso, promovendo assim a inclusão financeira. Também se pretende desenvolver e implementar iniciativas que: conduzam à descida dos custos da provisão de serviços financeiros; incentivem os bancos a oferecer produtos financeiros em áreas ainda não cobertas; efectuar um estudo de viabilidade relativo à introdução de contas de poupança básicas com custos adequados ao desenvolvimento dos produtos de micro-poupança; adoptar um enquadramento legal adequado e estabelecer o regime de garantia de créditos, de modo a facilitar o acesso das pequenas e média empresas ao financiamento; e estabelecer o conselho nacional de PMEs.

Modernização do Sistema Nacional de Pagamento

A implementação do sistema STA, o R-TIMOR, representou um grande sucesso para o nosso sistema financeiro. A fase seguinte do projecto consistirá em actualizar e rever os procedimentos internos de modo a alinhar e assegurar o funcionamento do sistema de acordo com as regras já definidas. O Banco Central irá introduzir também uma política adequada e medidas administrativas claras e uniformes, de modo a facilitar a previsão de liquidez intra-diária e a optimização do uso de liquidez dos Bancos no sistema R-TIMOR.

Com a implementação do “Switch Nacional” para cartões e telemóveis, o BCTL-SIPA irá preparar e introduzir as regras de gestão e operação do sistema, incluindo a definição de taxas e encargos aplicáveis aos seus utilizadores, de modo a poder cobrir os custos operacionais e investimento na infraestrutura do referido sistema.

Introduzir a Política de Financiador de Última Instância (“Lender of Last Resort”)

O BCTL, de acordo com o mandato na Lei orgânica do Banco Central, irá desenvolver um quadro legal abrangente que regule e defina regras transparentes e uniformes relativas ao seu papel de financiador de última instância, incluindo as políticas e acordos a negociar e contratualizar com o Governo e os bancos comerciais.

O Estudo sobre a Adoção de uma Moeda Nacional

O BCTL continua a incluir no seu plano estratégico o projecto de desenvolver um estudo aprofundado sobre a possibilidade de introdução de uma moeda nacional em Timor-Leste, contando com o suporte de um perito externo nesta matéria. O especialista deverá trabalhar em estreita colaboração com a Divisão de Economia do BCTL no desenvolvimento do estudo.

Estudos Económicos

O BCTL irá continuar a realizar projetos de pesquisa económica e de estudos sobre questões relacionadas com as principais funções do BCTL e estatísticas publicadas pelo Banco.

Manutenção da Operação da Bloomberg AIM

O BCTL implementou em 2015 a plataforma tecnológica de negociação - a “Bloomberg Asset Investment Management (Bloomberg AIM)” – que se destina a registar, analisar e facilitar a gestão global de activos financeiros do BCTL. O BCTL irá manter a Bloomberg AIM como “trading platform” para suportar as actividades de investimento do Banco.

Revisão de Políticas Estratégicas de Investimento

O Comité de Assessoria para o Investimento decidiu a manter a actual política e estratégia do investimento do Fundo Petrolífero. Contudo, o Comité continuará a rever anualmente estas directrizes, tendo em conta os desenvolvimentos verificados nos mercados financeiros. O BCTL irá continuar a alocar recursos suficientes para suportar a revisão anual desta política e estratégia de investimento do FP.

Implementação do Mandato de Estratégia Multifactorial para a Carteira de Acções

O Comité de Assessoria para o Investimento do FP recomendou a contratação de três gestores externos para implementar a Estratégia Multifactorial, no contexto da gestão dos investimentos em mercados accionistas. A implementação será, contudo, faseada, começando primeiro com apenas 1 gestor. A implementação será sujeita à confirmação pelos gestores de determinadas questões operacionais, principalmente relacionadas com o controlo do risco sectorial e de país, no âmbito da gestão deste tipo de investimentos. Antecipando-se uma resposta favorável dos gestores, a implementação da estratégia multifactorial em acções deverá ser operacionalizada em 2018.

Estabelecer o Fundo de Pensões do Banco Central

O estudo sobre o estabelecimento do Fundo de Pensões foi concluído pelo Comité de Revisão em 2016, que avaliou os méritos e desvantagens das opções relevantes. Em conformidade com o respectivo parecer, o BCTL irá estabelecer e implementar um Fundo de Pensões para os seus funcionários em 2018.

Dar Continuidade ao Programa das Bolsas de Estudo

BCTL continuará facilitar o programa das bolsas de estudo aos seus funcionários em 2018, incluindo ao nível de doutoramento.

Implementação do Novo Organigrama do BCTL

BCTL irá introduzir nova estrutura da organização em 2018, que terá em conta os desenvolvimentos institucionais recentes e o aumento das responsabilidades do BCTL.

Principais órgãos de gestão do Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

Conselho de Administração

O Governador

Abraão de Vasconcelos

Vice-Governadora

Nur Aini Djafar Alkatiri

Vice-Governador

Venâncio Alves Maria

Membros não executivos

Maria Madalena Brites Boavida

Aicha B.U. Bassarewan

Francisco da Costa Guterres

Nota: Em 2017, o Primeiro-Ministro aprovou a nomeação do Vice-Governador, Venâncio Alves Maria, como o sucessor da Sra. Sara Lobo Brites. Ao mesmo tempo, um membro (não-executivo) do Conselho de Administração do Banco Central, SR. Aurélio Guterres, deixou o seu cargo para assumir a pasta de Ministro de Negócios Estrangeiro.

Comité de Gestão

O Comité de Gestão do BCTL inclui todos os responsáveis das principais áreas organizacionais do Banco. São eles:

O Governador, Abraão de Vasconcelos

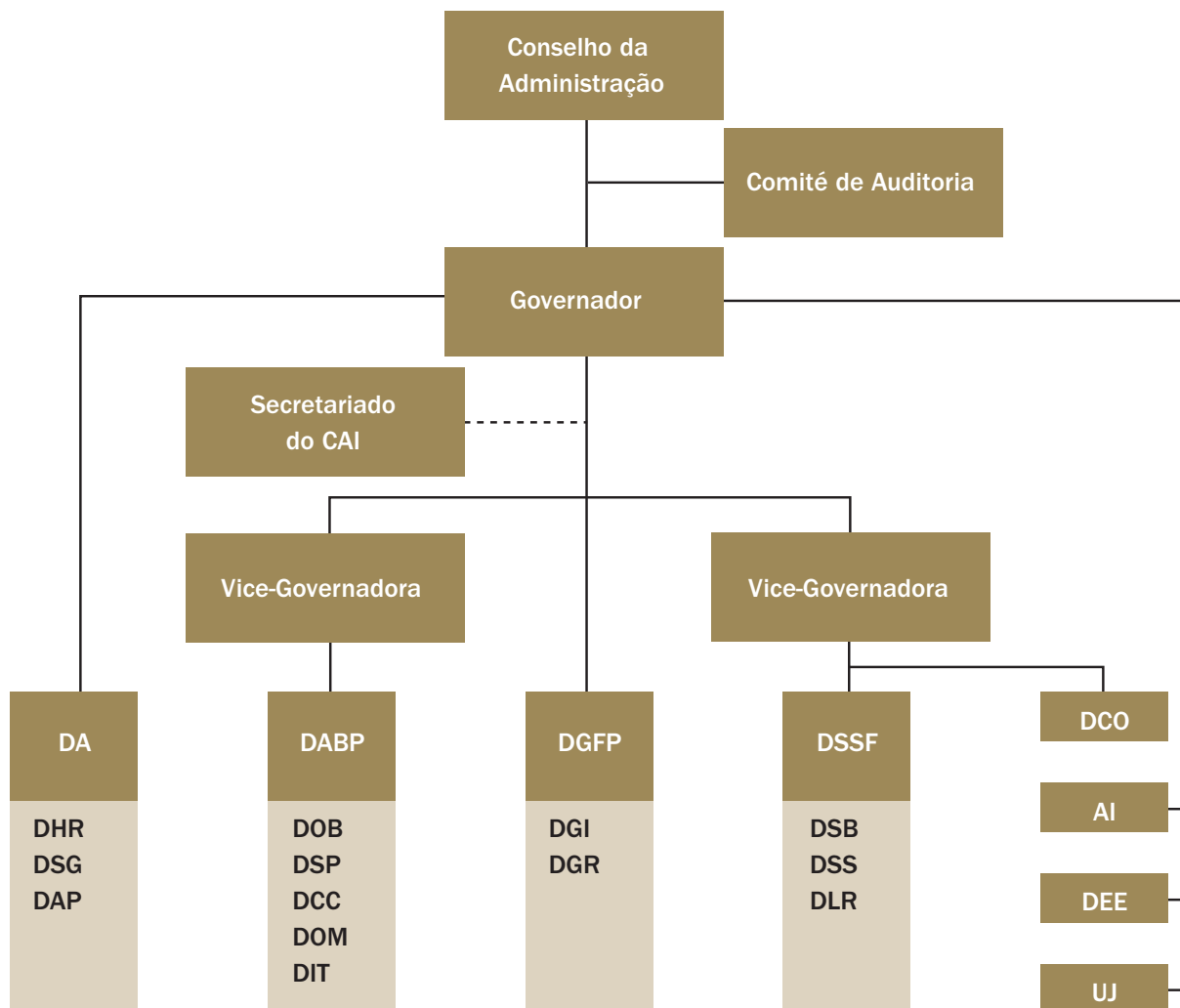
A Vice-Governadora, Nur Aini Djafar Alkatiri

O Vice-Governador, Venâncio Alves Maria

Chefe da Divisão de Contabilidade, Fernando de Carvalho

A Diretora do Departamento de Administração, Raquel Gonçalves

Organização Interna do BCTL a 31 de dezembro de 2017



Legenda:

CAI	Comité de Assessoria para o Investimento	DGFP	Departamento da Gestão do Fundo Petrolífero
DA	Departamento de Administração	DGI	Divisão de Gestão de Investimento
DRH	Divisão de Recursos Humanos	DGR	Divisão de Gestão de Risco
DSG	Divisão de Serviços Gerais	DSSF	Departamento de Supervisão do Sistema Financeiro
DAP	Divisão de Aprovisionamento	DSB	Divisão de Supervisão Bancária
DSBP	Departamento do Sistema Bancário e Sistemas de Pagamento	DSS	Divisão de Supervisão de Seguros
DOB	Divisão de Operações Bancárias	DLR	Divisão de Licenciamento e Regulamentação
DSP	Divisão de Sistemas Pagamento	DCO	Divisão de Contabilidade e Orçamento
DCC	Divisão de Câmara de Compensação	AI	Auditoria Interna
DOM	Divisão de Operação de Moeda	DEE	Divisão de Economia e Estatística
DIT	Divisão de Sistemas de Informação	UJ	Unidade Jurídica